



Brasil depende cada vez mais da importação de manufaturas em detrimento da fabricação própria

A DESINDUSTRIALIZAÇÃO BATE À PORTA

A indústria [brasileira] não está perdendo espaço na economia porque outros setores estão crescendo e, sim, porque ela está encolhendo, crescendo muito menos em comparação ao passado”. A frase, proferida em março deste ano, pelo economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Rogério César de Souza, resume o que pensam muitos de seus colegas de profissão e empresários de vários setores. Para eles, não há dúvida de que o Brasil vive um processo de desindustrialização. Até membros do primeiro escalão do governo, como o ministro da Fazenda, Guido Mantega, já demonstraram preocupação com o fenômeno. A tese, no entanto, não é uma unanimidade. Há quem olhe a situação com mais cautela e

não enxergue no horizonte, com a certeza necessária, a indústria nacional em vias de perder seus espaços.

É o caso, por exemplo, do professor Lauro Durães, coordenador do curso de Engenharia de Produção do Ibmec, para quem não se pode afirmar que o Brasil está se desindustrializando. “Não ainda ou com absoluta certeza, embora pareça”, diz ele. De acordo com Durães é necessário observar com cuidado os chamados indicadores da desindustrialização anunciada. Primeiro, porque ainda não se definiu bem quais são eles. “E é bom lembrar que a análise deles, isolada de outros fatores (inclusive históricos), pode oferecer uma conclusão equivocada” – advertiu. Ainda segundo o professor, os principais indicadores de desindustrialização hoje aceitos estão

relacionados à participação da indústria no PIB, ao movimento da massa de trabalhadores em suas ocupações, ao tipo de produtos de exportação e importação e em quais taxas cada um deles varia em resposta aos mercados interno e externo.

Durães reconhece que a participação da indústria no PIB apresentou queda. Em sua opinião, no entanto, o fenômeno pode ter acontecido tanto pela desindustrialização em si quanto pelo aumento da participação do setor de serviços, que, por exemplo, tem se desenvolvido muito. “Quanto à movimentação

da massa trabalhadora, há dificuldades em se encontrar mão de obra qualificada para a indústria, porque há uma esperada migração para o setor de serviços, que tem carência de mão de obra e oferece melhor salário em alguns casos”, explica. “E, finalmente, importa-se desde matéria prima (já transformada, como componentes automotivos) até produtos acabados, prontos para consumo”.

As importações excessivas ocorrem, segundo o professor do Ibmec, porque o câmbio atual permite e incentiva esse tipo de prática. “No caso das exportações, nota-se o crescimento da presença de *commodities*”, diz. “Nesse último caso sim, tende-se a afirmar a desindustrialização”. Por isso, uma coisa é clara: deve-se observar com cuidado esse conjunto de fatores para que o processo de desindustrialização não progrida, caso realmente esteja em curso. Além disso, “a falta de investimento no desenvolvimento da indústria é um fator crítico que potencializa os riscos de o parque industrial brasileiro diminuir”.



“Trata-se de uma desindustrialização precoce, o que tem impacto negativo sobre o crescimento econômico do país”.

Invasão de importados

O professor do Ibmec parece ser minoria em sua posição de cautela. Há um número crescente dos que acreditam que o Brasil já vive um processo de desindustrialização. O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Luiz Aubert Neto, é um deles. “Há três anos e meio, nós da Abimaq já falávamos dos perigos desse processo em curso no Brasil, mas éramos uma voz isolada”, lembra. “Hoje, com toda essa invasão de importados, principalmente dos chineses, existem muito mais setores sofrendo com o aumento do volume de importação no país”.

O dirigente da Abimaq fundamenta sua análise com números sólidos e praticamente irrefutáveis. De acordo com ele, em 2004, de cada 100 máquinas usadas no país, 60 eram fabricadas no Brasil e as 40 restantes em outros países, explica. “Hoje isso se inverteu. Apenas 40 das máquinas utilizadas são produzidas no mercado doméstico. E ainda convivemos com um agravante adicional, que é o menor índice de nacionalização”. Aubert Neto cita ainda outro indicador claro da desindustrialização do país: a perda de participação do PIB Industrial no PIB total. Isso ocorre, segundo ele, em razão da baixa taxa de investimento, que nos últimos 10 anos se situou abaixo das médias das economias em desenvolvimento, da média mundial e, inclusive, da América Latina.

O presidente da Associação do Aço do Rio Grande do Sul, José Antonio Martins, tem opinião semelhante. De acordo com ele, nos últimos anos a indústria de transformação brasileira foi aos poucos perdendo o seu poder de competição. Vários segmentos já

tiveram impactos muito fortes, porque não podem competir com os chineses. “Existem muitas indústrias que produziam aqui no Brasil e viram que é mais barato importar da China”, diz. “Um exemplo, é o setor têxtil. Camisas, blusões e outros artigos são comprados daquele país a preços ridículos. O mesmo ocorre com brinquedos, armação de óculos, alto-falantes, em suma, centenas de produtos manufaturados, nos quais o Brasil perdeu competitividade e os chineses estão vendendo aqui dentro”.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, concorda em gênero, número e grau com Martins: o processo de desindustrialização do País vem ocorrendo já há alguns anos. “Em meados da década de 1980, a participação da indústria de transformação no PIB nacional era de 27%, e atualmente esse percentual se reduziu para aproximadamente 16%”, explica. Ele não concorda com a argumentação de que a diminuição do peso da indústria é um ‘fenômeno natural’ porque o processo se iniciou no Brasil em um nível de renda *per capita* muito mais baixo do que o observado em outros países. “Portanto, trata-se de uma desindustrialização precoce, o que tem impacto negativo sobre o crescimento econômico do país”.

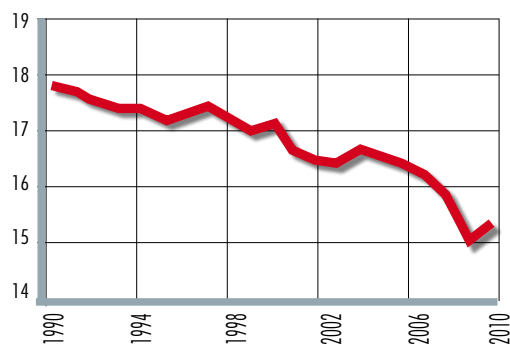
O presidente da Fiesp cita outros indicadores que confirmam a tese da desindustrialização. Além da perda de participação do valor adicionado da indústria de transformação no PIB, esse setor também diminuiu sua participação no total de empregos da economia. “Em meados da década de 1980, ela era responsável por 25,4% do total de empregos e atualmente sua participação se reduziu a 18,1%”, diz. “Outro indicador desse processo é a redução da participação dos produtos manufaturados no total de exportações, que nos sete primeiros meses de 2011 representaram 36,4% ante 55,0% do total em 2005”.

Déficit recorde

Ainda segundo Paulo Skaf, nesse contexto, o déficit no comércio exterior de produtos manufaturados deve atingir o recorde de US\$100 bilhões no final deste ano, após encerrar 2010 com déficit de US\$71 bilhões. O líder empresarial adverte que o coeficiente de importação – participação dos importados sobre o consumo doméstico – também aumentou fortemente nos produtos manufaturados, como por exemplo, máquinas para fins industriais (51%), máquinas para escritório (54,9%), material eletrônico (51,4%), entre outros. Como a situação, segundo Skaf,

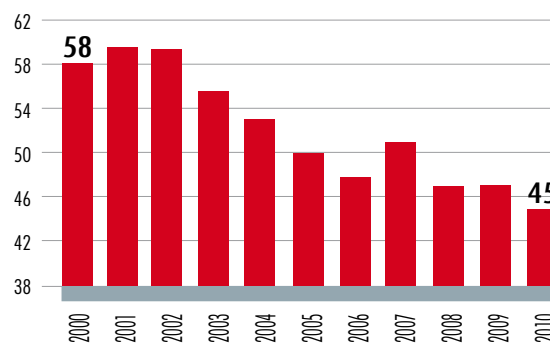
PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

AMÉRICA LATINA
PIB da indústria manufatureira
(% sobre PIB a preços constantes)



Fonte: CEPAL

AMÉRICA LATINA
Exportações de produtos manufaturados
(% sobre total exportações)



é agravada pelos benefícios concedidos por vários estados brasileiros às importações, “há, portanto, sinais claros de que esse processo de desindustrialização está se aprofundando”.

O diretor titular do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp, Roberto Giannetti da Fonseca, colhe e analisa mensalmente os dados mais precisos sobre o assunto. Por isso, a divulgação dos resultados da pesquisa são aguardados com interesse pelo setor da indústria. E não foi diferente no último mês de agosto, quando foram apresentados os resultados dos Coeficientes de Exportação (CE) e Importação

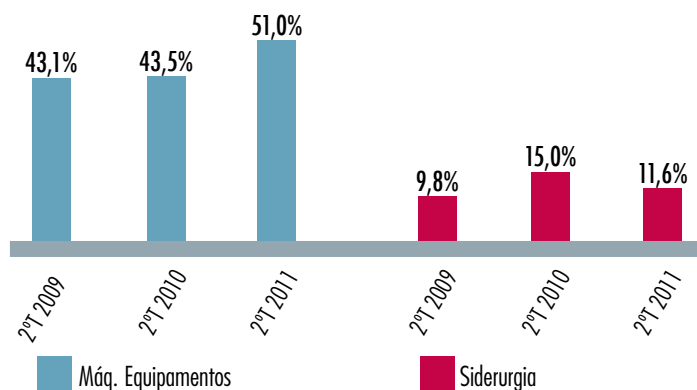
vez, fechou o trimestre em 22,9%, ou 1,3 pp maior que nos primeiros três meses do ano. Giannetti sublinhou, na ocasião, que este é um nível recorde da série histórica, acima do CI do terceiro trimestre de 2010 que, por sua vez, já tinha sido o índice mais alto até então registrado. “Em outras palavras, o consumo de produtos importados na economia brasileira nunca esteve tão elevado”.

Os números apresentados por Fonseca trazem à tona outros aspectos relevantes da atual situação econômica do país. Segundo ele, a análise dos dados expõe um cenário em que o nível de atividade econômica está

arrefecendo. “O índice de produção industrial, tanto com quanto sem ajuste sazonal, mostra que, na comparação com o segundo trimestre do ano passado, houve aumento de apenas 0,7%”, informou o diretor da Fiesp. “Mas os dados mostram ainda que, mesmo a economia não apresentando o forte *boom* de 2010, as importações continuam com alta muito significativa, superior ao crescimento da demanda interna (consumo aparente)”.

A partir dos dados divulgados, Fonseca chegou a algumas conclusões. Uma delas é que, mesmo com o arrefecimento da economia brasileira no segundo trimestre, o CI cresceu de forma preocupante (recorde para o período). “O aumento geral dos coeficientes de importação setorial prova que a indústria nacional não tem sido capaz de suprir o crescimento do mercado interno, perdendo sucessivas oportunidades de ampliar a produção e elevando estoque”, explicou. Em relação aos coeficientes de exportação da indústria de transformação, a principal conclusão é que sua forte elevação foi muito dependente do desempenho esporádico das vendas de plataformas de petróleo. “Em muitos

COEFICIENTE DE IMPORTAÇÃO Máquinas e equipamentos e Siderurgia



Fonte: FIESP Depto. de Relações Int. e Com. Exterior

(CI) do segundo trimestre de 2011 (o CE mede a parcela da produção industrial exportada e o CI representa o quanto do consumo interno é atendido por mercadorias importadas). No período de abril a junho deste ano, na comparação com o mesmo intervalo de 2010, os dois coeficientes da indústria geral apresentaram altas de 2,2 pontos percentuais (pp).

Apresentados pelo próprio Giannetti da Fonseca, os dados da Fiesp indicaram que o CE foi de 19,9% no segundo trimestre de 2011, o que representa uma forte alta de 2,4 pp em relação ao trimestre imediatamente anterior, mas ainda abaixo dos níveis exportados nos trimestres pré-crise de 2008. O CI, por sua

setores, a exportação, embora muito abaixo dos patamares históricos, foi importante para compensar a menor produção destinada ao mercado interno”, acrescentou.

Concorrência desleal

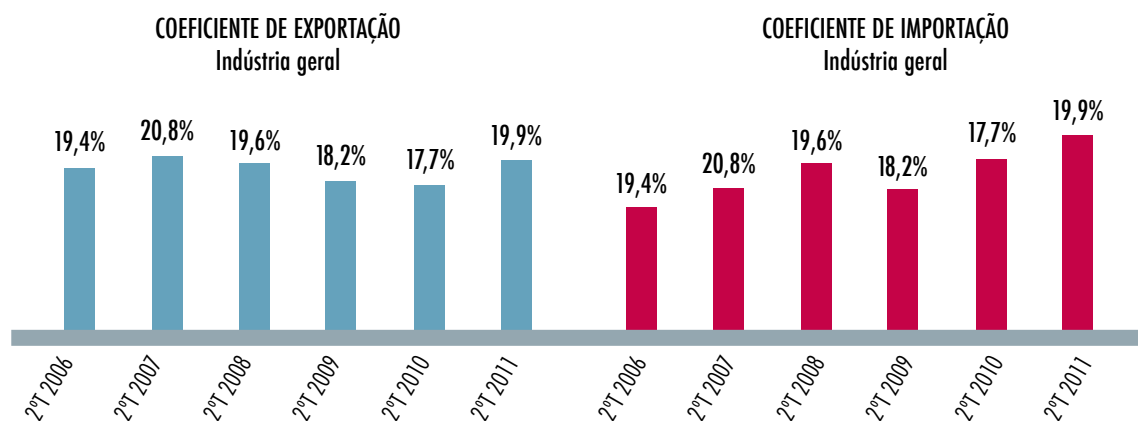
O próprio ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Fernando Pimentel, reconhece essa situação, pelo menos em alguns setores. “Não há como negar que vários segmentos da indústria nacional passam por dificuldades em consequência da concorrência desleal de importações, sobretudo asiáticas, ou do câmbio valorizado, que torna o produto nacional mais caro na hora de exportar”, disse o ministro com exclusividade à Panorama do Aço. De qualquer forma, Pimentel minimiza o problema. “A produção industrial brasileira é crescente diante da demanda aquecida do mercado interno”, explica. “O que se observa em alguns setores é a substituição de algumas fases de produção, processo que ocorre em todo o mundo”.

Para os representantes da indústria, no entanto, além de ser evidente, a desindustrialização tem causas conhecidas. Elas são as mesmas que impedem o desenvolvimento do País: câmbio valorizado, alta taxa de juros, infraestrutura deficiente e carga tributária

elevada. Atualmente, o fator que mais agride a competitividade da indústria de transformação é o nível da taxa de câmbio, que mantém a tendência de sobrevalorização desde 2003, pelo menos. Com isso, nossos produtos industriais ficam mais caros no exterior, a manutenção das vendas nos mercados internacionais fica mais difícil, e resulta em perda de participação dos produtos manufaturados na pauta exportadora. Ao mesmo tempo, o real valorizado facilita a entrada de importados no país. Os produtos que vêm de fora, ainda por cima, recebem incentivos fiscais de vários estados, o que não só inibe ainda mais a produção nacional, mas ‘exporta’ empregos que seriam gerados aqui.

Em parte, já foi possível perceber isso no primeiro semestre deste ano, quando o nível de emprego nas indústrias deu sinais de arrefecimento, principalmente nos setores que enfrentam maior concorrência de produtos importados. Embora, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (Pimes) do IBGE, a ocupação total de janeiro a junho tenha subido 1,9% em relação ao mesmo período de 2010, há setores que registraram queda do nível de emprego ou criação muito pequena de postos de trabalho. Entre os exemplos estão os setores de vestuário, com diminuição de 3,1%; calçados

COEFICIENTE DE IMPORTAÇÃO RECORDE EM RELAÇÃO AO 2º TRIMESTRE DE ANOS ANTERIORES



Fonte: FIESP Depto. de Relações Int. e Com. Exterior

e couro, 2%, e o de madeira, 7,8%. No setor têxtil, houve uma alta de apenas 0,8%, insignificante ante crescimento de 6,4% em 2010. No setor de produtos químicos, o aumento foi ainda menor, 0,2%.

Se as causas da desindustrialização são notórias, alguns efeitos também são bem conhecidos. Alguns deles, inclusive, já rondam com desenvoltura o parque industrial brasileiro. Um deles é progressivo aumento do nível de estoques das empresas. O indicador da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que compara o inventário efetivo com o planejado pelas indústrias subiu de 53 pontos em junho para 53,9 pontos no mês passado. Quando o índice está acima de 50, a leitura é de que ele ficou acima do volume programado pelos empresários. Os números da CNI mostram ainda que o acúmulo de estoques é generalizado, uma vez que 20 dos 26 segmentos da indústria pesquisados registraram um número superior a 50 pontos – em junho, eram 17.

Com a indústria siderúrgica não foi diferente. O setor voltou a enfrentar um momento delicado em meio ao quadro de estoques elevados, retração de preços no exterior e arrefecimento de demanda no mercado doméstico. A tentativa de um aumento de preços a

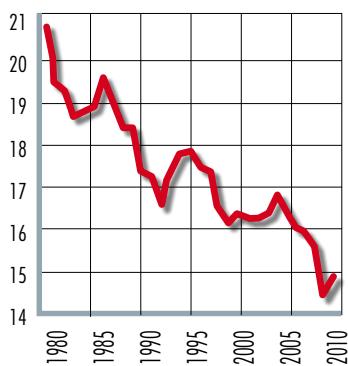
clientes da distribuição entre março e maio fracassou e desde junho produtores de aços planos estão retirando parte dos reajustes anunciados. Também há uma percepção de que novas reduções de preços seriam incapazes de estimular um mercado com baixo apetite ao consumo de aço – seja daqui ou de fora – dado o aumento de estoques na cadeia.

Em entrevista recente, o consultor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Júlio Gomes de Almeida, citou outros dados que mostram a perda de espaço de alguns setores da produção nacional para os produtos importados. De acordo com ele, hoje as importações mais substituem do que complementam a fabricação doméstica. Um exemplo é o setor têxtil. Segundo a Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex), citada por Almeida, a produção de têxteis caiu 12,5% no primeiro semestre, enquanto as importações cresceram 21,8%.

Ainda de acordo com o consultor, a dificuldade em exportar também prejudica esses setores, afetando a produção, o que se reflete no nível de emprego. No primeiro semestre, as exportações de produtos têxteis tiveram uma queda de 29,1%. Situação semelhante se verificou no setor de madeira,

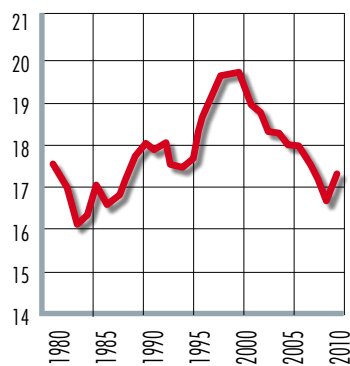
PIB DAS INDÚSTRIAS MANUFATUREIRAS – BRASIL, MÉXICO E ARGENTINA

BRASIL
PIB da indústria manufaturados
(% sobre PIB a preços constantes)



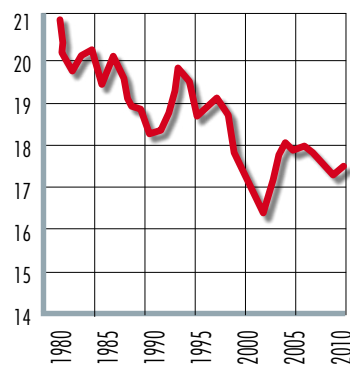
Fonte: IBGE

MÉXICO
PIB da indústria manufaturados
(% sobre PIB a preços constantes)



Fonte: INEGI

ARGENTINA
PIB da indústria manufaturados
(% sobre PIB a preços constantes)



Fonte: INDEC

cujo nível de emprego caiu quase 8% no primeiro semestre. Nesse período, as importações, por sua vez, cresceram 22,1%, enquanto as exportações diminuíram 4%. Assim como outros especialistas, Almeida atribui essa situação ao câmbio valorizado, somado à elevada carga tributária e aos problemas de infraestrutura. “É desnecessário dizer que uma conjuntura como essa prejudica a competitividade da indústria de transformação nacional” – assinalou.

Contratações em baixa

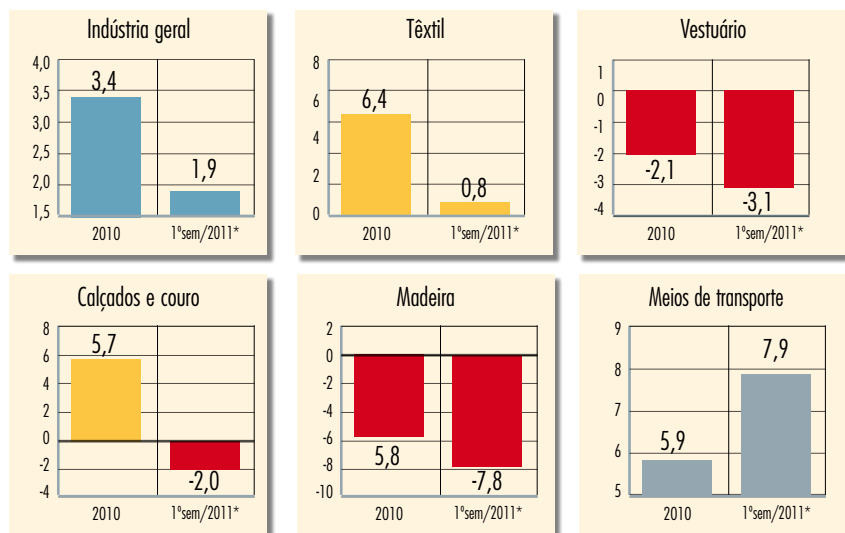
Este cenário desfavorável não deve sofrer grandes alterações no curto prazo. O consultor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) prevê que o emprego total na indústria deverá fechar com crescimento zero em 2011, contra um aumento da ordem de 3,4% obtido em 2010. A avaliação de Gomes de Almeida vai ao encontro dos dados da Sondagem da Indústria de Transformação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), realizada em julho. O estudo detectou uma queda expressiva do número de empresas que pretendem fazer novas contratações nos próximos três

meses. Em junho, o mesmo levantamento registrou que 30,2% das companhias planejavam aumentar o número de funcionários. Já em julho, esse percentual caiu para 23,7%, o menor desde agosto de 2009.

Além dos problemas enfrentados aqui mesmo, a indústria brasileira enfrenta um obstáculo que vem lá do outro lado do mundo, a China. De acordo com um relatório divulgado no final de agosto, pelo Banco Nomura, em Nova York, o Brasil está ajustando “passivamente” sua economia às demandas da China. “Vemos a dependência se aprofundar”, diz a nota da instituição, dirigida a seus clientes. O documento vai além: “Para o melhor ou pior, o futuro econômico do Brasil será mais e mais em função de decisões tomadas em Pequim”.

Segundo estudo divulgado em abril pelo Banco Central do Brasil, o gigante asiático foi o destino de 15,2% das exportações brasileiras em 2010, ante apenas 2% em 2000. Ainda de acordo com esse levantamento, o saldo comercial da balança voltou a ser “amplamente favorável” ao Brasil a partir de 2009, ano em que a China passou a ser o principal parceiro comercial do Brasil, superando os Estados Unidos. No ano passado,

EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGO NA INDÚSTRIA (em %)



Fonte: IBGE e Caged

De Janeiro a julho, a indústria gerou **1,405 milhão** de postos de trabalho formais, **15%** a menos que nos sete primeiros meses do ano passado

A indústria criou **288 mil** empregos formais, **37%** a menos que no mesmo período de 2010

Nos setores de têxtil e vestuário, foram geradas **15 mil** vagas formais, **73,8%** a menos que de Janeiro a julho de 2010

* Em relação ao mesmo período de 2010

o Brasil exportou US\$30,8 bilhões à China e importou US\$25,6 bilhões, o que resultou em superávit de US\$5,2 bilhões, praticamente igual ao registrado em 2009.

O problema é que as exportações brasileiras para a China se concentram em matérias-primas, ou seja, produtos com pouco valor agregado. Tendência que vem crescendo ao longo do tempo. Em 2001, por exemplo, 63% das exportações do Brasil para aquele país eram de produtos básicos. No ano passado, esse índice cresceu para 84%. Em 2010, os chineses absorveram 46,1% das exportações brasileiras de minério de ferro, 64,6% das de soja e 24,9% das do petróleo. No sentido inverso, a China vende ao Brasil produtos industrializados. “Aos poucos, ela tem ocupado uma fatia importante do mercado nacional de máquinas e equipamentos”, diz Aubert Neto, o presidente da Abimaq.

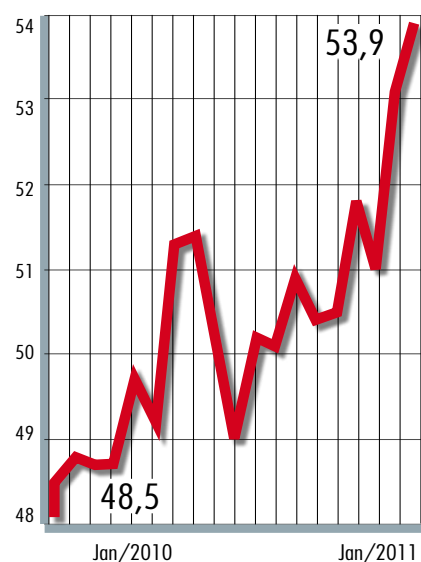
De acordo com ele, em 2004, aquele país não aparecia entre os principais fornecedores de máquinas para o Brasil. Hoje, divide a segunda posição do ranking com a Alemanha

em valores, mas em quantidade já ultrapassou com folga o principal fornecedor brasileiro, os Estados Unidos. “A grande questão a ser considerada com a China é o preço cobrado por sua indústria, que muitas vezes chega a ser inferior ao custo de produção do equipamento”, diz Aubert Neto. “A política cambial adotada pelos chineses que, ao inverso do Brasil, mantém o câmbio desvalorizado, torna o preço deles muito mais competitivo e aumenta ainda mais o diferencial sobre nós”.

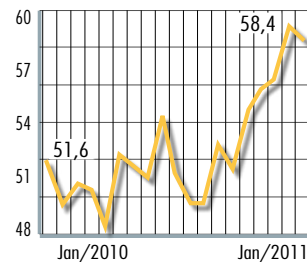
Já Paulo Skaf, por sua vez, reconhece a importância atual da China como principal parceiro comercial do Brasil. Adverte, no entanto, que a relação existente entre os dois países não é saudável para o Brasil. “Nós exportamos produtos primários que passam por poucas etapas de produção no País e, por isso, geram poucos empregos, e compramos produtos manufaturados dos chineses”, explica. “Do déficit previsto no comércio desses produtos (US\$100 bilhões em 2011), apenas a China irá responder por 35% do total”.

EVOLUÇÃO DO INDICADOR DE ESTOQUE (em pontos*)

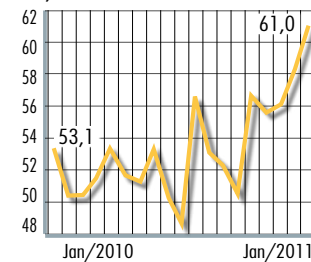
Indústria geral



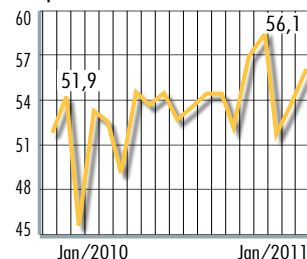
Textil



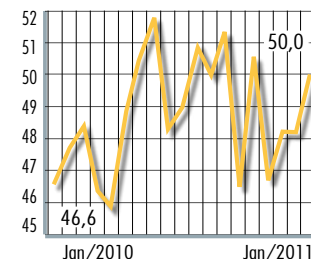
Calçados



Máq. e materiais elétricos



Veículos



Fonte: CNI

*Valores acima de 50 pontos indicam estoques acima do planejado

Projeto nacional

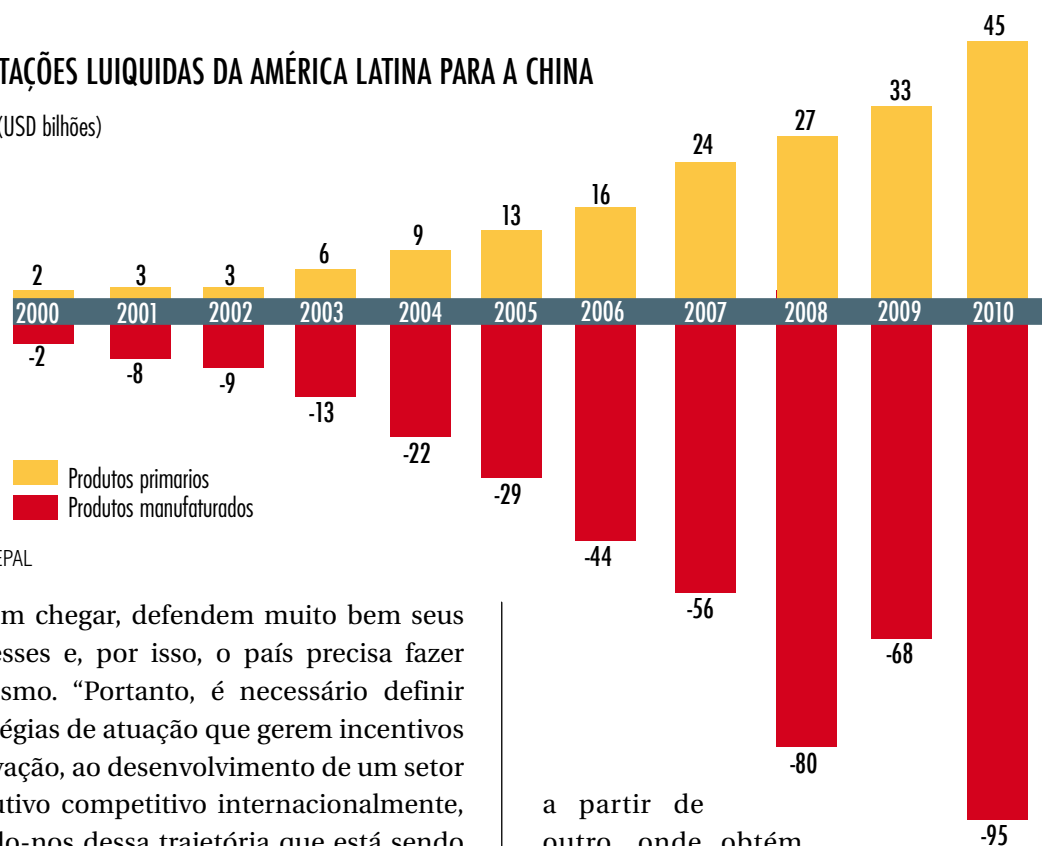
Por isso, em seu entender a maior urgência para o Brasil não é apenas estabelecer uma estratégia exclusiva para a China, mas definir um projeto nacional de desenvolvimento. É necessário traçar uma linha clara de atuação que oriente o comércio exterior do País e que se aplique não só ao caso chinês, mas a todos os outros. Ainda segundo ele, os países com os quais o Brasil tem relações comerciais, incluindo a China, sabem onde

chinesa interfere na economia brasileira da mesma maneira que em outros países, barateando o valor final de seus produtos. “Estamos atentos a esses movimentos e agindo no âmbito da Organização Mundial de Comércio, sempre que identificadas práticas desleais de comércio cometidas por qualquer parceiro comercial do Brasil”.

É o caso da chamada triangulação, prática por meio da qual um produto fabricado em um país é “exportado”

EXPORTAÇÕES LUIQUIDAS DA AMÉRICA LATINA PARA A CHINA

(USD bilhões)



Fonte: CEPAL

querem chegar, defendem muito bem seus interesses e, por isso, o país precisa fazer o mesmo. “Portanto, é necessário definir estratégias de atuação que gerem incentivos à inovação, ao desenvolvimento de um setor produtivo competitivo internacionalmente, tirando-nos dessa trajetória que está sendo imposta: a de fornecedores de produtos primários e compradores de manufaturados”.

O ministro Fernando Pimentel (MDIC) também ressalta o papel da China como principal parceiro comercial do Brasil e uma das principais origens do Investimento Estrangeiro Direto no País, que, segundo o Banco Central, atingiu US\$38,448 bilhões no acumulado de janeiro a julho de 2011. Mas ele também vê problemas na relação. Segundo Pimentel, a política cambial

a partir de outro, onde obtém certificado de origem falso. É um procedimento do qual a China costuma ser acusada de praticar. Segundo Pimentel, o MDIC está atento e agindo contra essa fraude. “É uma prática que oficialmente chamamos de circunvenção e contra a qual iniciamos, em maio último, a primeira investigação sobre casos desse tipo, no Brasil, para apurar denúncias relacionadas à importação de cobertores de fibras sintéticas provenientes da China”,

conta. “Com a abertura da investigação, as importações desses produtos provenientes de Paraguai e Uruguai e das partes do produto (tecido para cobertor) oriundas da China entram em processo de licenciamento não-automático, ou seja, para que a licença seja liberada, as importações têm de aguardar até sessenta dias”.

Outro setor produtivo nacional ameaçado por práticas comerciais condenáveis, a indústria fabricante de ônibus e caminhões já identificou um expediente por meio do qual fabricantes chineses de veículos – entre

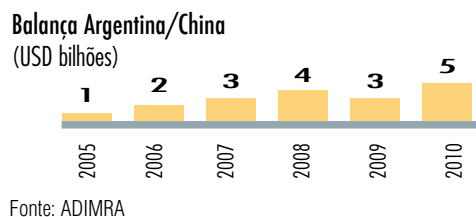
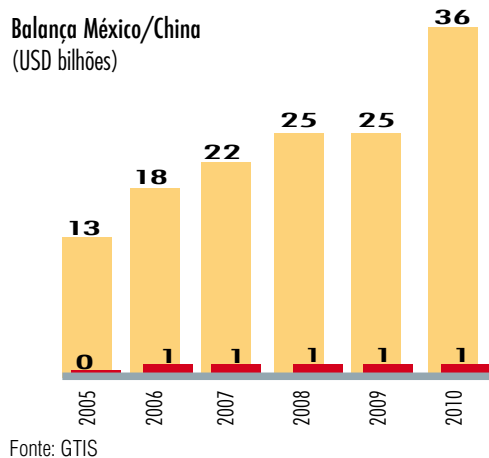
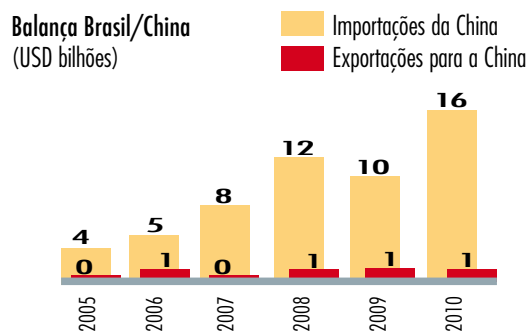
eles a montadora de ônibus Yutong – usam países do Mercosul – como o Uruguai – e pratiquem a chamada triangulação. A indústria nacional está preocupada com a concorrência chinesa e há receio de que os fabricantes daquele país aproveitem as facilidades tributárias do mercado comum sul americano para vender veículos ao Brasil por preços baixos. “O Uruguai pode vir a ser usado em triangulação para trazer ônibus desmontados ou semimontados da China”, assinala Rodrigo Pikussa, gerente de exportações da Marcopolo, fabricante de carrocerias de ônibus com sede em Caxias do Sul (RS).

Entre executivos do setor existe também a avaliação de que a valorização do real permite aos chineses exportar diretamente e entrar no mercado brasileiro de forma competitiva, mesmo pagando 35% de imposto de importação. Segundo Pikussa, existe movimentos indicando a possibilidade de uma montagem local no Uruguai. Por isso, estamos tratando o assunto no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)”.

Pimentel não é o único ministro preocupado e acionado contra práticas que são capazes de não só inibir a geração de empregos, mas diminuir o consumo interno de insumos como o aço e outros usados da fabricação de ônibus e caminhões. Em depoimento no Senado Federal, em agosto, o titular da Fazenda, Guido Mantega, defendeu a necessidade de proteger a indústria nacional, que ele considera ameaçada pela concorrência externa. “Hoje temos um déficit comercial de US\$82 bilhões anuais em manufaturados, estamos sofrendo e não podemos permitir que a indústria brasileira seja extinta, pois um país que não tem indústria não gera emprego, e não tem desenvolvimento tecnológico”, declarou Mantega.

Para o ministro, o país precisa estimular a competitividade de suas empresas

BALANÇA COMERCIAL DO SETOR METALMECÂNICO



para poder enfrentar a concorrência por vezes desleal que a indústria brasileira vem sofrendo. Entre as medidas já adotadas pelo governo, Mantega lembrou o aumento recente das alíquotas do IOF, cujo objetivo é controlar os capitais de curto prazo que vêm ao país “em busca de ganhos fáceis”. Além disso, ele citou também o programa “Brasil Maior”, lançado no dia 2 de agosto, que inclui uma série de incentivos fiscais e de créditos para setores industriais que estão sendo mais afetados pela concorrência das importações.

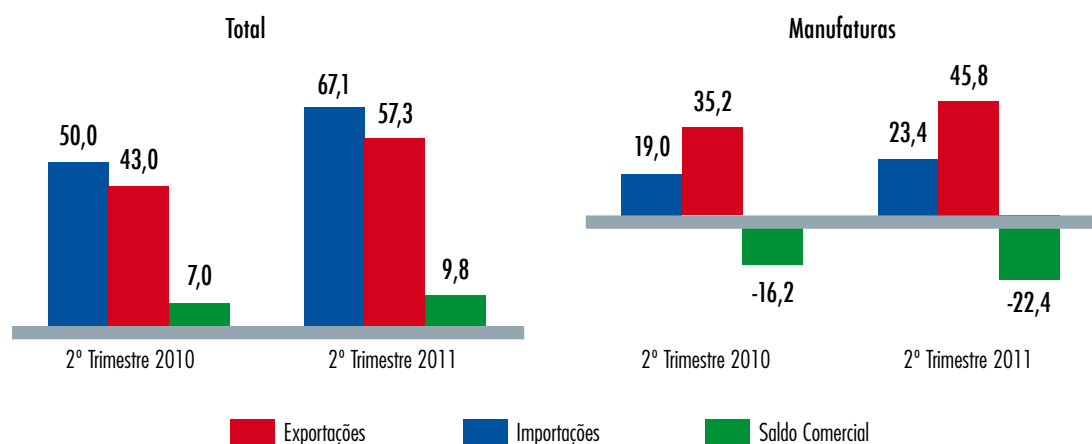
Apesar de apoiar essa iniciativa do governo, o empresariado acha que as medidas são insuficientes. Para o presidente da Abimaq, por exemplo, o programa “Brasil Maior” é uma sinalização de que o governo reconhece o processo de desindustrialização já vivenciado pela indústria de transformação. Mas ele diz que a iniciativa não resolverá o problema. “Das 35 medidas anunciadas, podemos afirmar que nove tem efeitos positivos sobre a manufatura e, destas, apenas seis melhoram a competitividade

do setor produtor de máquinas e equipamentos”, explica. “Na prática apenas o Programa Reintegra tem efeito imediato, permitindo uma redução de até 3% em nossos preços de exportação, o que é apenas uma gota d’água face ao diferencial de competitividade causado pelo ‘Custo Brasil’ e pelo câmbio sobrevalorizado”.

Para Martins, da AARS, o programa “Brasil Maior” contem muitos itens que favorecem as empresas. Um deles é a desoneração da folha de pagamento para alguns setores. “Pela primeira vez, o governo admite desonerar a produção e implementar uma série de ações que deverão beneficiar as indústrias, repercutindo em uma melhora do seu poder de competição”, elogia. Se as medidas não são ainda de grande impacto, elas se constituem como um começo para criar uma alavanca com o objetivo ampliar a competitividade da nossa indústria de transformação.

Martins também apóia a decisão do governo de intensificar a inspeção na importação, o que, segundo ele, deverá ter um

BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA (US\$bilhões)



Na comparação com o 2º trimestre de 2010, o déficit comercial de manufaturas aprofundou-se em 39%, para US\$22,4 bilhões.

Fonte: FIESP Depto. de Relações Int. e Com. Exterior

impacto muito positivo no “fantasma da triangulação” (Circunvenção), prática desleal, “na qual os chineses são mestres”. “Se não pusermos um fim à triangulação vergonhosa que eles estão fazendo via países do Mercosul, o processo crescente de desindustrialização, a que estamos assistindo na indústria de transformação, irá assumir proporções verdadeiramente calamitosas”, alerta.

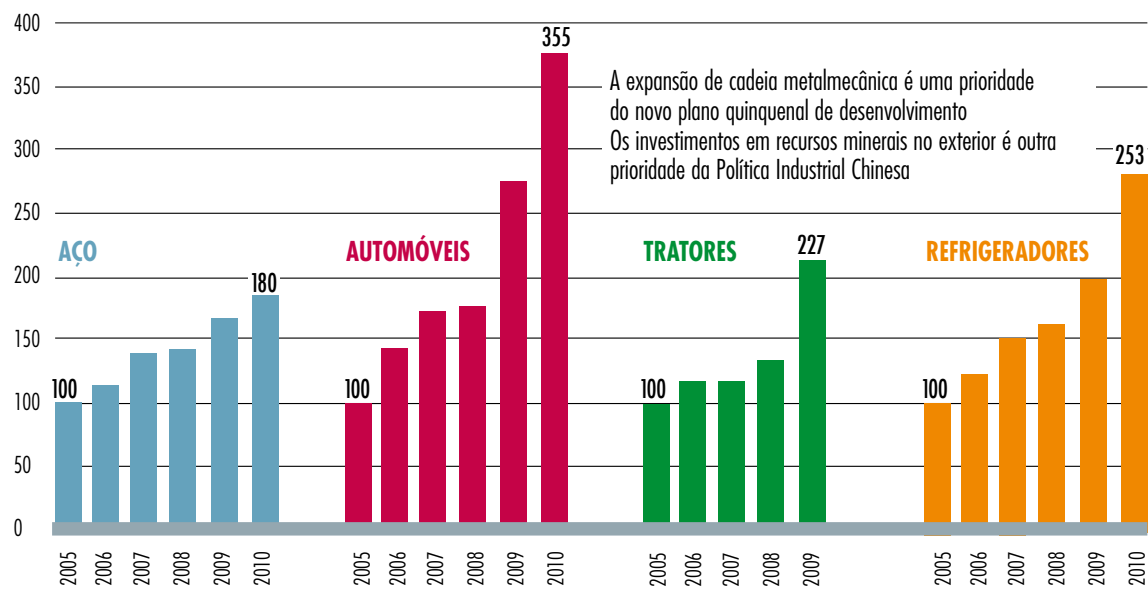
Em linhas gerais, o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), Heitor José Müller, também viu com bons olhos o Programa “Brasil Maior”. Para ele, um dos principais pontos positivos do plano é a desoneração da folha de pagamento para alguns setores intensivos em mão de obra, como confecções, calçados e artefatos e móveis. Neste caso, segundo Müller, o Rio Grande do Sul terá maiores ganhos em relação ao restante do país, pois possui uma grande concentração dessas indústrias.

Ele também citou o ressarcimento de créditos tributários, o Programa Reintegra,

a defesa comercial, o estímulo à inovação, as desonerações e as compras federais com preferências a fornecedores aqui estabelecidos. “Várias medidas estão no sentido do que a Fiergs vinha defendendo”, declarou, logo após participar do lançamento do Brasil Maior, em Brasília. “Esperamos que sejam rapidamente viabilizadas. Por exemplo, criar uma base de compensação competitiva para enfrentar a questão cambial”. Müller destacou o trecho do pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff, em que ela falou sobre “o protagonismo da indústria no processo de desenvolvimento”.

De qualquer forma, o presidente da Fiergs diz que ainda é cedo para prever os efeitos do Programa Brasil Maior. “As medidas anunciadas são abrangentes e uma avaliação concreta dependerá das suas regulamentações”, ressaltou. “Esperamos que sejam rapidamente viabilizadas”. Para ele, agora é necessário fazer o trabalho de sintonia fina da política anunciada para atender às realidades regionais do País e às características dos segmentos de atividade.

A AMEAÇA DA CHINA - NOVO PLANO QUINQUENAL DE DESENVOLVIMENTO



Fonte: Global Insight, Anuário Estatístico da China

O FANTASMA DA TRIANGULAÇÃO

Além de todos os obstáculos conjunturais e econômicos que vem enfrentando, a indústria brasileira está tendo que lidar também com uma prática desleal de comércio exercida pela China, a chamada triangulação de mercadorias. Para agravar o problema, os chineses laçaram mão dos sócios do Brasil no Mercosul (Argentina, Uruguai e Paraguai) como plataforma para exportar seus produtos para cá. Por causa da união aduaneira que permite a livre circulação de bens e produtos nos territórios dos países-membros, essas mercadorias entram no Brasil sem pagar impostos. Isso significa que, além de burlar as medidas *antidumping* adotadas pelo Brasil, os exportadores chineses se beneficiam das vantagens propiciadas pelo Mercosul a seus membros.

Levantamento feito pelo jornal *O Estado de São Paulo*, com base nos dados da balança comercial do primeiro semestre, mostra que de cada cinco produtos vendidos pela Argentina ao Brasil um é “novo”, ou seja, não foi importado no mesmo período do ano passado. Além dessa entrada de novos produtos, o levantamento mostrou um aumento extraordinário das exportações de algumas mercadorias da Argentina para o Brasil, que geraram a suspeita de triangulação, para burlar as medidas de defesa comercial. É o caso de alto-falantes, por exemplo, cujas vendas para cá cresceram 5.383% somente no primeiro semestre, em comparação com igual período do ano passado, depois que foi imposta uma sobretaxa para



“Não basta aumentar o número de fiscais. É preciso treiná-los para uma ação eficaz”

sócios do Brasil no Mercosul, com a conivência deles, os produtos entram no nosso país sem pagar nada”.

Segundo Martins, as medidas que o governo vem adotando ajudam, mas não resolvem o problema. “É preciso aumentar a fiscalização. Isso só acontece, porque não temos uma fiscalização eficaz. Porém, não basta aumentar o número de fiscais. É preciso treiná-los para que saibam diferenciar os diversos componentes e possam ter uma ação eficaz. Estamos dispostos a ajudar o governo nesta tarefa. Vale lembrar que em carta enviada ao Ministro Pimentel e ao MDIC, oferecemos profissionais do Simefre e da Fabus para aumentar o efetivo humano na inspeção desses conjuntos, o que permitiria confirmar o certificado de origem, pois ninguém entende mais sobre isso do que o empresariado do setor”.

impedir a entrada dos equipamentos chineses. Armações de óculos foi outro produto que chamou a atenção: as exportações argentinas para o Brasil cresceram 287% nos primeiros seis meses do ano em relação ao mesmo intervalo em 2010.

O presidente da AARS, José Antonio Martins, enfatiza ainda o setor de fabricação de ônibus. “Empresas no Uruguai ou Paraguai importam todos os componentes da China, como poltrona, ar condicionado, janela, porta, painel, recebendo o ônibus em CDK. A partir daí, montam os ônibus, com mão de obra barata, e vendem aqui no Brasil, sem impostos”, explica. “O imposto de importação é 35%, mas montando nos